

# REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

40 ANOS APÓS ABRIL DE 1974

Álvaro Borralho (org.)

**hnmus**

## AVALIADORES CIENTÍFICOS

Ana Nunes de Almeida  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

António Teixeira Fernandes  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Dulce Maria Scott  
Anderson University (Indiana)

Eduardo Paz Ferreira  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Tavares de Almeida  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

João Peixoto  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Manuel Augusto Meirinho Martins  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

## ÍNDICE

- 7 Introdução  
*Álvaro Borralho*
- 13 Efeitos da crise económica nos níveis e formas de participação política:  
Portugal no contexto europeu  
*José Manuel Leite Viegas*
- 35 Portugal democrático, a Europa e o Euro  
*Roberto Amaral*
- 47 A governação democrática portuguesa perante a intervenção da Troika:  
padrões de governação-oposição e determinantes individuais ao regime  
e da confiança política  
*André Freire*
- 91 Mulheres e democracia em Portugal  
*Piedade Lalanda*
- 109 Do privado ao público: os caminhos da igualdade de género nas últimas  
quatro décadas em Portugal  
*Manuel Lisboa*
- 135 Democracia e missão da universidade pública:  
algumas reflexões a partir do contexto de ação da APS  
*Ana Romão / João Teixeira Lopes*
- 153 Uma modernidade tardia - mudanças demográficas nos Açores  
(1974-2014)  
*Gilberta Pavão Nunes Rocha*
- 173 Diáspora e identidade açoriana: elementos para uma abordagem  
sociológica  
*Rolando Lima Lalanda Gonçalves*
- 189 Welcoming Suburbs? The Housing Experiences of Recent Immigrants  
in the Outer Suburbs of Vancouver (Canada)  
*João Carlos Teixeira*



## INTRODUÇÃO

*“Um momento, durante os primeiros meses que se seguiram ao 25 de Abril, houve a esperança de que realmente alguma coisa iria mudar. O Portugal revolucionário ia ser exemplo, um passo em frente para uma Europa nova, o país cuja sociedade garantiria a cada cidadão um lugar digno.”<sup>1</sup>*

O 25 de Abril de 1974 e o período que se lhe seguiu, inauguraram a fase na qual a sociedade portuguesa conheceu as mais profundas mudanças sociais do século passado. A rutura política, e conseqüente reordenação do poder político, deu origem a um conjunto amplo de mudanças políticas e sociais, designadamente, o aparecimento de novos protagonistas e agentes políticos que vão levar à reconfiguração do campo político português, assim como a transformação de amplos sectores sociais. Com efeito, a sociedade portuguesa vai conhecer formas de participação social e de participação política nunca antes registadas. Não se trata apenas da universalização do voto, com as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, mas da constituição de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, comissões de moradores, associações, etc., que representam os mais diversos sectores e classes sociais. A profunda transformação da sociedade portuguesa fez emergir novos protagonistas sociais e políticos, convergindo, ambos, num processo de democratização no qual o novo regime procurou valores de regularidade, de amplitude, de igualdade e de participação cívica e com eles

---

<sup>1</sup> Carvalho, J. Rentes de (2014), *Portugal, a Flor e a Foice*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 221.

conferiu protecção aos seus cidadãos. Por outras palavras, na promoção de uma cidadania activa, ainda que esta seja, por vezes, difusa e não englobe a maioria dos portugueses. No entanto, inaugurou uma época caracterizada pela livre participação dos cidadãos, sem medo de represálias e com completa liberdade em termos de opinião, associação e decisão. No fundo, uma democratização baseada numa cidadania institucionalizada sujeita a regras regulares entre governados e governantes, tal como a define Charles Tilly.<sup>2</sup>

Apesar do esforço notável que constituiu a democratização da sociedade portuguesa, o País passou por períodos bastante conturbados caracterizados por instabilidade política, crise económica – por vezes, associados –, e instabilidade social. Os anos mais recentes têm revelado, justamente, a incapacidade de a sociedade portuguesa em promover o desenvolvimento registado anos antes. Os estudos e as análises recentes sobre as desigualdades sociais revelam o aumento considerável destas, com fortes disparidades na distribuição da riqueza e o aumento da pobreza em sectores mais fragilizados da sociedade.

Foi sobre este conjunto de alterações que se debruçou o X Encontro de Sociologia dos Açores, intitulado *Revolução e democracia: 40 anos após Abril de 1974*, realizado em Novembro de 2014 e que contou com a participação de diversos intervenientes. Realizados desde 1996, ocasionando-se com o início do curso de Sociologia na Universidade dos Açores, os Encontros de Sociologia sempre procuraram o debate de temas sobre a sociedade portuguesa e a sociedade açoriana, com o objectivo de analisar as suas transformações e processos sociais, além de procurarem estimular o salutar e conhecimento sobre estas realidades. O X Encontro não fugiu a esta regra e a sua realização permitiu a publicação da presente obra que reúne o contributo de nove comunicações, agora convertidas em capítulos. Há uma grande diversidade de temas que vão desde as transformações recentes, com especial destaque para a recente crise económica, até processos mais longos, como sejam as mudanças demográficas, passando pela missão universitária ou pela participação política das mulheres.

Assim, o primeiro capítulo, de José Manuel Viegas, debruça-se sobre os *Efeitos da crise económica nos níveis e formas de participação*

2 Tilly, Charles; Wood, Lesley J. (2010), *Los Movimientos sociales, 1768 – 2008. Desde sus orígenes a facebook*, Barcelona, Editorial Crítica, p. 249.

*política: Portugal no contexto europeu*, interrogando de que forma a crise económica afetou as atitudes e os comportamentos políticos. Entre estes comportamentos pode-se apontar a participação eleitoral – o voto – e a participação organizacional, designadamente, as formas de acção colectiva (manifestações, protestos, etc.). O autor propõe-se verificar a evolução da participação convencional e não convencional no País, a partir de 2002, comparando-as com as registadas noutros países europeus, além de verificar com maior detalhe as alterações na composição social dessas formas de participação e, em particular, nos países mais afetados pelas políticas de austeridade.

Segue-se o capítulo assinado por Roberto Amaral, dedicado a analisar o *Portugal Democrático, a Europa e o Euro*, traçando as fases atravessadas por Portugal no processo de integração europeia e chamando a atenção para o facto de a opção europeia só ter sido plenamente assumida com o processo de democratização criado depois do 25 de Abril de 1974. Sem deixar de nortear a sua abordagem por uma visão crítica da integração, mas sem a colocar em causa, reflecte acerca da adesão ao Euro, processo que não se encontra concluído e da necessidade de o concluir em favor dos países menos favorecidos.

O terceiro capítulo, de André Freire, aborda *A governação democrática portuguesa perante a intervenção da Troika: Padrões de governação-oposição e determinantes individuais do apoio ao regime e da confiança política*. São objectivos do autor reflectir sobre a democracia portuguesa durante o período de assistência financeira pelo conjunto das organizações que ficaram conhecidas como Troika – Banco Central Europeu (BCE), Comissão Europeia (CE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) –, assim como verificar o modo como um conjunto de situações decorrentes da assistência financeira influenciaram o processo político. Assim, interroga se o padrão de governação e o padrão da oposição, após a intervenção externa, abalaram a confiança dos cidadãos nas instituições, enumerando, no final, um conjunto de elementos fundamentais caracterizadores do período de assistência.

Piedade Lalanda, no quarto capítulo, dedica a sua reflexão às *Mulheres e Democracia em Portugal*, observando que a democracia instaurada com o 25 de Abril alterou, de forma indelével, o papel social da mulher na sociedade portuguesa. Todavia, a presença de um maior número de mulheres na sociedade não pode fazer esquecer as desigualdades de género que ainda persistem, designadamente no campo político, onde

são a minoria. Desta forma, inventaria um conjunto de fatores possíveis de serem acionados com vista ao combate dessas desigualdades e capazes de promover a inclusão feminina.

No quinto capítulo, Manuel Lisboa, em *Do Privado ao Público: os caminhos da igualdade de género nas últimas quatro décadas em Portugal*, também interroga o conjunto das desigualdades de género, em especial, na tomada de decisões das esferas económica e política, no conhecimento e políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e nas políticas públicas em relação às sexualidades não-hegemónicas. O autor procura demonstrar que a modernização de Portugal se acelerou nas últimas quatro décadas, mas não criou, ainda, uma verdadeira igualdade de género que só a participação no poder político, por parte daqueles que ainda se encontram excluídos, poderá consolidar.

No capítulo seguinte, Ana Romão e João Teixeira Lopes, reflectem sobre a *Democracia e missão da universidade pública: algumas reflexões a partir do contexto de ação da APS*. A partir da experiência da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), os autores reflectem sobre o papel do ensino superior público na modernização da sociedade portuguesa. A democratização do acesso a este ensino teve como resultado um processo mais amplo de mobilidade social ascendente, assim como o desenvolvimento da ciência permitiu um desenvolvimento da Sociologia e dos saberes a ela associados, possibilitando um melhor e mais profundo conhecimento da sociedade portuguesa. Por conseguinte, defendem que a APS se tem batido por uma maior visibilidade pública das Ciências Sociais e da Sociologia, sendo imperioso defender uma política científica que não se pautar por critérios meramente quantificáveis e assente numa lógica empresarial.

No sétimo capítulo, Gilberta Pavão Nunes Rocha, aborda um conjunto de alterações sociais, decorrentes da instauração da democracia em Portugal, que afectaram a dinâmica demográfica portuguesa. Em *Uma Modernidade Tardia: mudanças demográficas nos Açores (1974-2014)*, a autora aborda a evolução do movimento natural e migratório nos Açores, ao longo de 40 anos, em especial a natalidade e a sua relação com a nupcialidade, verificando níveis de mortalidade, de natalidade e de emigração bastante elevados, assim como uma notória imigração, embora não muito elevada. Assistindo-se nos Açores a mudanças de tendência similar ao que se verifica no País, ainda que com algum desfa-

samento temporal, a autora identifica a Região como tendo uma modernização mais tardia.

Em *Diáspora e Identidade Açoriana: elementos para uma abordagem sociológica*, no capítulo seguinte, Rolando Lima Lalanda Gonçalves procura compreender a problemática identitária açoriana a partir da análise dos meios de comunicação social, em especial, da Internet. Partindo de uma abordagem comunicacional dos processos migratórios, inscrita na abordagem psicossociológica e integrada na Sistemática Qualitativa, o autor propõe uma dupla análise: num primeiro momento, a insularidade enquanto elemento fundamental da relação entre as comunidades locais e comunidades de emigrantes e, num segundo, verificar a importância que a Internet assume nesta relação mediatizada.

Finalmente, e a concluir este conjunto de abordagens, o capítulo nono, assinado por José Carlos Teixeira, com o título *Welcoming Suburban Communities? The Housing Experiences and Coping Strategies of Recent Immigrants in the Outer Suburbs of Vancouver*. Impõe-se aqui uma prévia explicação acerca do título e da inserção deste capítulo.

José Carlos Teixeira é um geógrafo micalense há muito radicado no Canadá onde tem realizado diversas investigações acerca das comunidades emigrantes açorianas, sendo presentemente Associate Professor na Universidade da British Columbia (Okanagan Campus). Embora não ligado directamente ao tema desta obra, não se quis deixar de lado a contribuição deste investigador na publicação. A reflexão de José Carlos Teixeira, em inglês, mostra como os novos imigrantes canadianos estão a preferir outros destinos residenciais fora dos grandes centros urbanos. A sua análise avalia as estratégias dos imigrantes de Richmond e Surrey, dois subúrbios de Vancouver, nos quais a população imigrante aumentou significativamente nos últimos anos, mostrando as várias dificuldades enfrentadas por estes novos imigrantes no estabelecimento da sua residência, em particular, no mercado de arrendamento, obstáculos que se articulam mal com a condição social migrante.

O conhecimento que provém destas reflexões leva a um melhor entendimento do País que somos. Um País que se desenvolveu economicamente, se modernizou, se integrou num espaço europeu e que permitiu a um conjunto amplo de cidadãos maiores e melhores condições de existência seja em termos educativos, de acesso à saúde, à cultura, à participação cívica, etc. Esse é o País que cumpriu o enunciado político-ideológico legado pelo 25 de Abril. Mas, simultaneamente, que ainda

não permitiu a amplas franjas da sociedade portuguesa o usufruto dos mesmos direitos, do mesmo desenvolvimento e das mesmas oportunidades. Esse é o Portugal pelo qual ainda há muito a fazer, para que a democracia, as suas conquistas e os seus benefícios possam ir ao encontro de todos. O que aqui se publica e se dá a conhecer é um pequeno contributo para esse objectivo comum.

Uma palavra final de agradecimento para o conjunto de avaliadores científicos que examinaram os contributos reunidos e permitiram à presente obra, que se quer para o público em geral, possa ser, concomitantemente, uma publicação científica. Um agradecimento ainda à Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, do Governo Regional dos Açores, que através do financiamento a um projecto apresentado em concurso público, possibilitou os recursos materiais necessários à sua publicação.

*Álvaro Borralho*

**REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA**  
40 ANOS APÓS ABRIL DE 1974

Organizador: Álvaro Borralho

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva  
Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: Edições Húmus

© Edições Húmus, Lda., 2015  
Apartado 7081  
4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão  
Telef. 926 375 305  
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão  
1.ª edição: Dezembro de 2015  
Depósito Legal: 401873/15  
ISBN: 978-989-755-184-0

Coleção Debater O Social – 38

**Este livro foi objecto de avaliação científica**